

REUNIÃO DO NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

ATA DE REUNIÃO

Data: 2017.04.06
Local: Sala 506-B do Prédio Sede
Presenças: Desembargadores Ricardo Hofmeister Martins Costa, Íris Lima de Moares e Tânia Reckziegel; Juíza Elisabete Santos Marques.
Secretário: Igor Ferraz Freiburger (AGE)
Horário: 10h00min – 12h40min

O Desembargador Martins Costa abriu a reunião agradecendo a presença da Ouvidora, Desembargadora Íris, com quem conversou sobre a adoção de política conjunta na promoção de conciliações. A seguir, explicou para a Desembargadora Íris o que são o NUPEMEC e os CEJUSCs, além das exigências instituídas pela Resolução nº 174 do CSJT, que determinou a criação dos centros de conciliação. Esclareceu que o NUPEMEC destacará um servidor para fazer as atas de conciliação no segundo grau. A seguir, a Desembargadora Íris agradeceu o convite para conhecer os trabalhos de conciliação e descreveu encontros do Colégio de Ouvidores, sendo que na reunião do último dia 30 foi abordada a intersecção entre ouvidoria e conciliação. Debateram o papel da conciliação após o CPC de 2015, sendo necessário o olhar da própria magistratura para construir um trabalho de conciliação efetiva. Ficou claro que a ouvidoria, por ser receptor direto do que as pessoas dizem lá fora, sem mediação de outrem. Relatou que a Ouvidoria recebe muita demanda por celeridade, a dificuldade identificada é como abordar o problema com as pessoas que chegam na Ouvidoria. Nos debates, concluíram que a solução é abrir canal de diálogo com cidadão para encaminhar como as demandas podem ser resolvidas, e isso envolve a conciliação. O Desembargador Martins Costa falou sobre a Semana Nacional da Conciliação e a matéria em preparo pela SECOM, em que vai falar sobre o papel da Ouvidoria ao encaminhar casos para conciliação. Descreveu o novo sistema online para tentativa de conciliação, que será adotado nos próximos dias. A Desembargadora Íris destacou que a conciliação só vai se multiplicar se os advogados se alinharem com a Justiça do Trabalho. Os presentes debatem o tema, convergindo que todo o trabalho que está sendo pensado terá êxito dependendo do empenho do advogado. Acentuam a formação nesse sentido, a cultura do litígio arraigada na prática judicial. Ponderam que os advogados evitam se comprometer com seus clientes e acabam jogando a responsabilidade pelas decisões para o juiz, evitando conciliar. Mencionam que estamos perdendo a execução de ofício na reforma trabalhista e que é fundamental que os advogados participem para que isso melhore. A

Desembargadora Tânia relembra circunstância constrangedora em recente reunião com advogados, que criticaram os termos de uma cartilha da Amatra IV. A seguir, combinam visita à OAB antes da Semana Nacional de Conciliação. A Desembargadora Íris comentou que estão preparando uma cartilha sobre a Ouvidoria, na qual devem abrir espaço para falar sobre conciliação. A Desembargadora Tânia relatou que o TRF conseguiu avançar em termos de conciliação justamente conversando com os grandes escritórios de advocacia, trocando dados e os tornando parceiros. Os presentes concordam com a importância de uma iniciativa desse tipo. A Desembargadora Íris defendeu a ideia de que um processo não pode demorar mais de cinco anos e que, quando isso acontece, a instituição deveria analisar o processo para ver o que está acontecendo. Os presentes comentaram sobre suas experiências em tentativas de conciliação. A Desembargadora Tânia narrou que envia 100% de e-mails para advogados, prática que deveria ser adotada para todos, sendo que a Desembargadora Íris anunciou intuito de adotá-la imediatamente. Por fim, combinaram que a AGE enviará a resolução e as portarias respectivas para a Desembargadora Íris. Esgotados os assuntos, a reunião foi encerrada às 12h40min. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiberger, analista judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.
